

SUMÁRIO

SOBRE O COORDENADOR E SOBRE OS AUTORES, 17

A TÍTULO DE APRESENTAÇÃO:

NOTAS SOBRE REPÚBLICA, DIGNIDADE E TRIBUTAÇÃO, 21

FERNANDO FACURY SCAFF

CAPÍTULO 1

DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA, 45

ANTONIO MARCELINO PEREIRA NETO

1. Considerações Iniciais	46
2. Revisão Bibliográfica	50
2.1. Do Conceito	50
2.2. Capacidade Contributiva e Econômica	53
2.3. Capacidade Contributiva e a Igualdade	54
2.4. Capacidade Contributiva e Progressividade	55
2.5. Capacidade Contributiva e Seletividade	57
2.6. Capacidade Contributiva e Pessoalidade	58
2.7. Alcance do Princípio da Capacidade Contributiva	61
2.8. Capacidade Contributiva e Impostos que oneram o Patrimônio – IPTU e IR	62
3. Considerações Finais	66
Referências	67

CAPÍTULO 2

RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE: A BUSCA DO CONTROLE E EFICÁCIA DA

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA SEM O PREÇO DA BUROCRATIZAÇÃO,

JUSTIFICADA PELA SUPREMACIA ESTATAL, 69

JOAQUIM CÂNDIDO GONÇALVES FILHO

1. Introdução	70
2. Estado/Fisco <i>versus</i> Cidadão/Contribuinte	70
3. Relação Jurídica	75
3.1. Relações Jurídicas Tributárias	76
3.1.1. Obrigação Principal	77
3.1.2. Obrigação Acessória	78
3.1.3. Sujeitos da Relação Jurídica	82

4. A Supremacia do Estado em Função do Interesse Público	83
4.1 O Dever Formal Alcançando quase todos os Cidadãos Brasileiros: O Controle do Estado pelas Obrigações Acessórias	83
4.2. Certidões Negativas: Excesso, Burocratização ou Respeito ao Princípio do Interesse Público?	90
4.2.1. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário	90
4.2.2. A Comprovação de Quitação de Tributos	94
5. A Busca do Equilíbrio na Relação Fisco-Contribuinte	100
6. Considerações Finais	101
Referências	102

CAPÍTULO 3

GARANTIA CONSTITUCIONAL DA INVOLABILIDADE DO DOMICÍLIO X AUTORIDADE FISCAL EM PROCEDIMENTO DE DILIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO AMPARADO PELO MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL, 105

DEMETRI NICOLAS CARAMANOS JÚNIOR

Introdução	106
1. O Procedimento Administrativo Tributário	107
1.1. Princípios do Procedimento Administrativo Tributário	109
1.1.1. Da Legalidade Objetiva	109
1.1.2. Do Devido Procedimento Legal	110
1.1.3. Da Oficialidade	110
1.1.4. Do Caráter Inquisitório	111
1.1.5. Do Dever de Provar	112
1.1.5.1. Prova Direta	112
1.1.5.2. Prova Indireta	112
1.1.5.3. Prova Indireta por Presunção	114
1.1.6. Da Discricionariedade Técnica	116
1.1.7. Do Dever de Colaboração	117
1.1.8. Do Controle do Procedimento Administrativo	119
2. O Poder de Polícia Fiscal	121
2.1. A Inviolabilidade do Domicílio e o Interesse Público	125
2.2. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: HC 79.512-RJ	128
3. Conclusão	132
Referências	135

CAPÍTULO 4
CONSTITUCIONALIDADE DA UTILIZAÇÃO DO SIGILO BANCÁRIO PELA
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, 137

NEIVA IZABEL DAS CHAGAS MENDONÇA

Introdução	138
1. Conceito de Sigilo Bancário e a Necessidade da Utilização dos Dados Bancários pela Administração Tributária	138
1.1. Conceito	138
1.2. A Necessidade da Utilização dos Dados Bancários pela Administração Tributária	139
2. O Advento da Lei Complementar nº 105/2001	141
3. O Debate em Torno da Constitucionalidade da Utilização do Sigilo Bancário pela Administração Tributária	145
3.1. Sigilo Bancário: Princípio Relativo ante a Presença do Interesse Público	149
3.2. A Lei Complementar nº 105/2001 e o Devido Processo Legal Administrativo	151
4. A Manutenção do Sigilo Bancário pelo Sigilo Fiscal	155
Conclusão	156
Referências	158

CAPÍTULO 5

FINALIDADES DA TRIBUTAÇÃO COMO COMPONENTE DO BEM-ESTAR SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 161

MARIA HELENA COUTINHO PONTE

1. Considerações Iniciais	162
2. Referencial Teórico	163
2.1. O Poder de Tributar	163
2.2. Diretrizes da Política Tributária e as Espécies Tributárias	169
2.3. Função do Tributo e Destinação das Receitas	175
2.4. Desvinculações de Receitas e Diretrizes Constitucionais	180
2.4.1. Política Fiscal	182
2.5. Tributação e Ética	188
3. Considerações Finais	193
Referências	196

CAPÍTULO 6

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA: JURISPRUDÊNCIA E TEORIA, 199

KLAUBER CRISTOFEN PIRES

Introdução	200
1. História	202
2. Sobre a Constitucionalidade do Instituto	204
2.1. Do Princípio da Legalidade	204
2.2. Do Princípio da Isonomia Jurídica	207
2.3. Princípio da “Capacidade Contributiva”	209
2.4. Do Princípio da Não-Cumulatividade	211
2.5. Do Princípio do Não-Confisco	212
2.6. Do Direito de Propriedade	214
2.7. Da Infração ao § 1º do Art. 145	214
3. Análise Lógico-Epistemológica	215
3.1. Sobre a Presunção	215
3.2. Sobre a Definição do Sujeito Passivo	216
3.3. Sobre o Conceito de Fato Gerador	217
3.4. Sobre Ser Pagamento ou Recolhimento	218
3.5. Sobre a Constituição do Crédito Tributário	219
4. Exame da ADIN 1.851-04/AL	220
4.1. Da Ementa e do Relatório	220
4.2. Dos Votos	221
4.2.1. Do Sr. Ministro Ilmar Galvão	221
4.2.2. Da Sra. Ministra Ellen Gracie	223
4.2.3. Do Sr. Ministro Maurício Corrêa	223
4.2.4. Do Sr. Ministro Carlos Veloso (vencido)	223
4.2.5. Do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence	224
4.2.6. Do Sr. Ministro Sydney Sanches	224
4.2.7. Do Sr. Ministro Moreira Alves	224
4.2.8. Do Sr. Ministro-Presidente Marco Aurélio (vencido)	225
4.3. Comentários aos Votos	226
5. Conclusão	228
Referências	229

CAPÍTULO 7

UM ESTUDO SOBRE A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA, 231

EUDIMAR ALVES FERREIRA

Introdução	232
1. Peculiaridades da Compensação no Direito Tributário	233
1.1. Existência de Lei Autorizativa	234
1.2. Certeza e Liquidez dos Créditos	236
1.3. Créditos Vencidos ou Vincendos	237
2. Análise da Evolução Legislativa acerca do Tema	239
3. O Novo Regime da Compensação Tributária Instituído a Partir da Medida Provisória nº 66/2002 (Atual Lei nº 10.637/2002): Da Compensação Requerida à Compensação Declarada	252
4. A Declaração de Compensação como Instrumento Legal de Confissão de Dívida e a Aplicação da Lei no Tempo	255
5. Compensação de Crédito de um Contribuinte com Débito de Outro	257
6. Compensação com Créditos Decorrentes de Decisão Judicial	260
6.1. A Nova Sistemática Advinda com o Art. 170-A do CTN e a Possibilidade de Concessão de Tutela Provisória para Compensação de Crédito Tributário	261
6.2. Controvérsias Acerca da Aplicabilidade Temporal e da Constitucionalidade do Art. 170-A do CTN	268
6.2.1. Aplicabilidade Temporal	268
6.2.2. A Constitucionalidade do Art. 170-A	269
Conclusão	270
Referências	273

CAPÍTULO 8

A DECADÊNCIA DO DIREITO DE LANÇAR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO, 275

LOURDES EIKO NAKAMURA

Introdução	276
1. Considerações Acerca do Lançamento Tributário	276
1.1. Modalidades de Lançamento Tributário	279
1.1.1. Lançamento de Ofício ou Direto	281
1.1.2. Lançamento por Declaração ou Misto	281
1.1.3. Lançamento por Homologação	282
2. Decadência Tributária	286

2.1. Decadência do Direito de Lançar o Crédito Tributário	287
2.2. Contagem do Prazo Decadencial	289
2.2.1. Primeiro Dia do Exercício Seguinte ao que o Lançamento Poderia Ter Sido Efetuado	290
2.2.2. Data da Decisão Definitiva – Administrativa ou Judicial – que Decrete a Nulidade, por Vício Formal, do Lançamento Anterior	291
2.2.3. Data da Notificação Preparatória do Lançamento Feita ao Sujeito Passivo	292
2.2.4. Data do Fato Gerador	293
2.2.4.1. Hipótese em que o Sujeito Passivo Declara e Recolhe o Tributo Integral ou Parcialmente	294
2.2.4.2. Hipótese em que o Sujeito Passivo Declara e Não Recolhe o Tributo	295
2.2.4.3. Hipótese em que o Sujeito Passivo Não Declara e Não Recolhe o Tributo	299
2.2.4.4. Hipótese em que o Sujeito Passivo Incorre em Dolo, Fraude ou Simulação	300
3. Posição do Superior Tribunal de Justiça sobre o Prazo Decadencial dos Tributos Sujeitos a Lançamento por Homologação	301
Conclusão	306
Referências	309

CAPÍTULO 9

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E AS ALTERAÇÕES DAS LEIS 11.051/2004 E 11.280/2006, 311

RENATO BRASLAVSKY LEITE

Introdução	312
1. Processo de Execução: Generalidades	313
1.1. A Lei 6.830/80 – Lei de Execução Fiscal	314
1.2. Certidão de Dívida Ativa	316
1.3. Requisitos da Execução Fiscal	317
1.3.1. Título Executivo	318
1.3.2. Sujeito Ativo	320
1.3.3. Sujeito Passivo	320

1.4. Execução Fiscal: Procedimento	321
1.4.1. Petição Inicial	321
1.4.2. Juízo de Admissibilidade	323
1.4.3. Citação do Executado	323
1.4.4. Penhora	324
2. Prescrição Tributária	326
2.1. Conceito de Prescrição no Âmbito Tributário	326
2.2. Diferença entre Prescrição e Prescrição Intercorrente	327
2.3. Causas da Suspensão e da Interrupção da Prescrição	328
2.4. A Lei de Execução Fiscal e o Código Tributário Nacional	329
3. O Artigo 40 da LEF e o Artigo 219 DO CPC. As Mudanças na Determinação da Prescrição Intercorrente de Ofício	331
3.1. O cenário Anterior	331
3.2. O § 4º do Art. 40 da Lei 6830/80	333
3.3. A Nova Redação do § 5º, Art. 219 do Código de Processo Civil	335
Conclusão	338
Referências	339

CAPÍTULO 10

CIDE – CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO, 341 SÉRGIO AUGUSTO COSTA LOURENÇO

1. Introdução	342
2. Conceito	344
2.1. Aspectos Iniciais sobre o Conceito de Contribuição	344
2.2. Aspectos Conceituais da CIDE	345
3. Natureza Jurídica	346
3.1. O Conteúdo Finalístico nas Contribuições Interventivas	348
4. Regime Jurídico	349
5. Traços Essenciais	351
5.1. A Legitimidade Quanto à Cobrança da CIDE	353
6. Função	356
6.1. Contribuições Interventivas, Parafiscalidade e Vinculação Orçamentária pela União	357
7. Considerações Importantes Sobre a CIDE	358
7.1. Aspecto Material de Incidência da CIDE-Combustíveis e suas Finalidades	358

7.2. Emenda Constitucional nº 42/2003: Discriminação do Produto da Arrecadação da CIDE-Combustíveis	360
7.3. A Utilização de CIDE como Forma de Instituição de Tributo Ambiental	361
8. Aspectos sobre a Criação de Algumas CIDES	362
Conclusão	364
Referências	366

CAPÍTULO 11

CONDOMÍNIO EDÍLÍCIO *versus* SOCIEDADE EM COMUM – QUANDO HÁ

TRIBUTAÇÃO DO IRPJ, 367

OSIMAR DOS SANTOS SOUZA

1. Introdução	368
2. Considerações Preliminares	369
3. O Condomínio Edifício	369
4. A Pessoa Jurídica	371
5. A Sociedade	372
5.1. A Finalidade Lucrativa de uma Sociedade	373
5.2. A Sociedade Empresária	374
5.3. A Sociedade Personificada e a Sociedade Não Personificada ...	374
5.4. A Sociedade em Comum	374
6. <i>Shopping Center</i>	375
6.1. O que é um <i>Shopping Center</i> ?	375
6.2. Como começou um <i>Shopping Center</i> ?	376
6.3. A Organização das Atividades Empresariais no <i>Shopping Center</i>	377
6.4. Um empreendimento de <i>Shopping Center</i> é uma Atividade Econômica?	377
7. Condomínio Edifício Promovendo Aluguéis de Salas Comerciais ...	378
8. Condomínio Edifício <i>versus</i> Sociedade em Comum – Quando há tributação do IRPJ	379
9. O Que Diz o CTN	382
9.1. O Liame entre o CTN e o CC-2002	383
10. A Jurisprudência Administrativa	384
10.1. Decisões em Processos de Consulta – SRRF	384
10.2. Acórdãos em Processos Administrativos Fiscais – DRJ	385
11. Considerações Finais	387
Referências	390

CAPÍTULO 12
PENA DE PERDIMENTO NA ÁREA ADUANEIRA:
DECISÃO EM INSTÂNCIA ÚNICA, 391
ANTÔNIO ARMANDO DE AVELLAR ALÃO

Introdução	392
1. Relato do Problema	392
2. A Pena de Perdimento	393
2.1. As Infrações e as Sanções no Ordenamento Jurídico	393
2.2. A Natureza Jurídica da Pena de Perdimento	395
2.3. A Pena de Perdimento na Constituição Federal	395
2.4. As Infrações Aduaneiras	396
2.4.1. As Infrações Aduaneiras e o Artigo 136 do CTN	396
2.5. As Hipóteses de Infrações Previstas no Regulamento Aduaneiro Puníveis com a Pena de Perdimento	398
2.6. A Pena de Perdimento Decorrente de Dano ao Erário	399
2.7. A Aplicação da Pena de Perdimento em Instância Única	400
2.8. A Posição dos Tribunais em Relação à Aplicação da Pena de Perdimento	401
3. O Duplo Grau de Jurisdição	406
3.1. Noções Gerais	406
3.2. Características do Duplo Grau de Jurisdição	406
3.2.1. A Reapreciação por Juízo de Grau Superior, Via de Regra	407
3.2.2. A Voluntariedade	407
3.2.3. Nova Decisão no Mesmo Processo e por Outro Juízo	408
3.3. A Previsão Constitucional Negativa do Duplo Grau	408
3.4. A Não-Garantia Expressa do Princípio	408
3.5. O Duplo Grau de Jurisdição e os Sistemas Internacionais de Normas	409
3.6. A Posição do Supremo Tribunal Federal – STF e Sua Interpretação do Artigo 5º, LV, DA CF	409
3.7. A Posição de Parte da Doutrina sobre o Artigo 5º, LV da Constituição Federal de 1988	410
4. A Aproximação entre as Normas Processuais e o Processo Administrativo em Geral – a Teoria da Processualidade Ampla	414
5. A Teoria da Reserva de “Constituição Originária”	415

6. A Teoria da Recepção das Normas	416
7. Considerações Finais	417
Conclusão	418
Referências	419

CAPÍTULO 13

O ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO: SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 421

CLAUDIO DE CASTRO COUTINHO

Introdução	422
1. Aspectos Históricos	423
2. Histórico das Atividades Orçamentárias no Brasil	428
2.1. Introdução	428
2.2. Período 1824 – 1945	429
2.3. Período 1945 – 1964	431
2.4. Período 1964 – 1988	432
3. O Orçamento Público	434
3.1. Introdução	434
3.2. Natureza Jurídica do Orçamento	437
3.3. Natureza Instrumental do Orçamento	438
3.4. Evolução do Orçamento Público	438
3.5. Tipos de Orçamento	439
3.5.1. Orçamento de Base Zero (OBZ)	440
3.5.2. Orçamento Clássico ou Tradicional	440
3.5.3. Orçamento de Desempenho ou de Realizações	441
3.5.4. Orçamento-Programa	442
4. O Processo ou Ciclo Orçamentário Brasileiro	444
4.1. As Leis Orçamentárias Constitucionais	445
4.1.1. Plano Plurianual – PPA	445
4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	448
4.1.3. Lei Orçamentária Anual – LOA	451
4.2. Elaboração e Tramitação Legislativa do Orçamento	454
4.2.1. Iniciativa	454
4.2.2. Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores	455
4.2.3. Tramitação Legislativa	456



4.2.4. Emendas Parlamentares	456
4.2.5. Rejeição Parcial ou Total da Proposta de Lei Orçamentária	458
4.3. Inconsistências do Sistema Orçamentário de 1988	459
4.3.1. PPA X LDO	459
4.3.2. LDO X LOA	459
5. Os Princípios Orçamentários	460
5.1. Introdução	460
5.2. Princípio da Exclusividade ou Pureza Orçamentária	460
5.3. Princípio da Não Afetação da Receita	461
5.4. Princípio da Anualidade ou Periodicidade	462
5.5. Princípio da Unidade	464
5.6. Princípio da Universalidade	464
5.7. Princípio da Especificação ou da Especialização	465
5.8. Princípio da Publicidade	465
5.9. Princípio do Equilíbrio	465
5.10. Princípio do Orçamento-Bruto	466
6. Relações entre o Executivo e o Legislativo	466
Conclusão	472
Referências	474

CAPÍTULO 14

O DESCOMPASSO ENTRE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXECUÇÃO FINANCEIRA, 475

MARIA DO SOCORRO ALVES LAMEIRA

1. Introdução	476
2. Conceitos	476
2.1. Direito Financeiro	476
2.2. Atividade Financeira do Estado	478
2.3. Despesa Pública	478
2.3.1. Processo da Despesa	479
2.3.2. Classificações da Despesa Pública – Corrente, de Capital; Ordinária, Extraordinária	479
2.3.3. Estágios da Despesa Pública	482
2.4. Receita Pública	483
2.4.1. Classificações da Receita Pública	484



2.4.2. Estágios da Receita	485
2.5. Crédito	486
2.6. Recurso	487
2.7. Lei 4320/64.....	487
2.8. Lei de Responsabilidade Fiscal – 101/2000.....	487
2.9. Aspectos Gerais do Orçamento e Planejamento	488
2.9.1. Plano Plurianual de Investimentos – PPA	489
2.9.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	490
2.9.3. Lei Orçamentária Anual – LOA	491
2.9.4. Créditos Adicionais	492
2.10. Plano de Contas da Administração Pública Federal	493
2.11. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI	494
2.12. Execução Orçamentária	495
2.13. Execução Financeira	496
2.14. Exemplo da Execução Orçamentária e Financeira	499
3. Assuntos Relevantes e Divergentes nos Meios Literários	501
3.1. Legislação e Revisão da Literatura	501
3.1.1. Exercício Financeiro	501
3.1.2. Regime na Contabilidade Pública	504
3.1.3. Dos Restos a Pagar	506
3.1.4. Empenho da Despesa	508
4. Conclusões	510
Referências	512